



BANCO CENTRAL DO BRASIL

O documento a seguir consta no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC)

Cópia integral emitida em 30/11/2021 às 16h16 para SUCON/DIBAS/SUDOC

VOTO DO CMN 94/2021-BCB/SECRE-Numerado Manualmente

Descrição: Assuntos de Regulação e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução - Propõe a edição de resolução CMN que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das ...

Assinado/Autenticado por: - ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO:07860201720 em 30/11/2021;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 94/2021–CMN, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Assuntos de Regulação e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução – Propõe a edição de resolução CMN que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Senhores Conselheiros,

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, na 3.418ª sessão, aprovou o incluso Voto 287/2021–BCB, de 17 de novembro de 2021, em que se propõe a edição de resolução CMN que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

É o que submeto à consideração dos Senhores.

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente do Banco Central do Brasil

Anexo: 1.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

O documento a seguir consta no Sistema Processos Eletrônicos (e-BC)

Cópia integral emitida em 19/11/2021 às 11h28 para reunioesdir.secre@bcb.gov.br

VOTO DO BC 287/2021-BCB/Dinor-Numerado Manualmente

Descrto: Assuntos de Regulação e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução - Propõe a edição de resolução CMN que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das ...

Assinado/Autenticado por: - OTAVIO RIBEIRO DAMASO:56368623187 em 18/11/2021; JOAO MANOEL PINHO DE MELLO:26559533808 em 18/11/2021;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

VOTO 287/2021-BCB, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Assuntos de Regulação e assuntos de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução – Propõe a edição de resolução CMN que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Senhor Presidente Senhores Diretores,

A regulamentação relativa às autorizações que envolvem o funcionamento das instituições financeiras e das demais instituições reguladas pelo Conselho Monetário Nacional está estabelecida em quatro resoluções e em diversas circulares do Banco Central do Brasil, que tratam dos procedimentos para a instrução dos processos pertinentes.

2. A Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, estabelece os requisitos e os procedimentos que devem ser observados nos processos de autorização relacionados ao funcionamento das seguintes instituições:

- I - agências de fomento;
- II - bancos comerciais;
- III - bancos de câmbio;
- IV - bancos de desenvolvimento;
- V - bancos de investimento;
- VI - bancos múltiplos;
- VII - companhias hipotecárias;
- VIII - sociedades de arrendamento mercantil;
- IX - sociedades corretoras de câmbio;
- X - sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários;
- XI - sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- XII - sociedades de crédito imobiliário; e
- XIII - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

3. O referido normativo possui dois anexos que tratam de procedimentos específicos relativos às autorizações de constituição e funcionamento, cancelamento da autorização, alterações de controle e reorganizações societárias e das condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais nas referidas instituições. Por sua vez, as Circulares ns.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

3.611, de 31 de outubro de 2012, e 3.649, de 11 de março de 2013, estabelecem os procedimentos voltados à instrução desses processos de autorização.

4. As Resoluções ns. 4.434, de 5 de agosto de 2015, 4.656, de 26 de abril de 2018, e 4.721, de 30 de maio de 2019, disciplinam os processos de autorização relacionados ao funcionamento das cooperativas de crédito, das sociedades de crédito direto (SCD) e sociedades de empréstimo entre pessoas (SEP) e das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCM). Para esses segmentos, as Circulares ns. 3.771, de 4 de novembro de 2015, 3.898, de 17 de maio de 2018, e 3.962, de 24 de setembro de 2019, estabelecem os procedimentos para a instrução dos processos de autorização que envolvem o funcionamento das referidas instituições. Além disso, as citadas resoluções estabelecem as regras de negócio voltadas a cada segmento, definindo, entre outros pontos, o escopo das operações permitidas e as modalidades de instituições.

5. Esse conjunto normativo estabelece, pormenorizadamente, as regras específicas concernentes aos processos que demandam autorização deste Banco Central, dispõe sobre os diversos procedimentos relativos à protocolização dos pedidos de autorização, o rol de documentos e de informações passíveis de serem requeridos das entidades reguladas e o detalhamento do conteúdo do plano de negócio exigido.

6. Ocorre que esse arcabouço regulatório tem se mostrado inadequado para a dinâmica da maioria dos processos de autorização, notadamente em função de prever regras procedimentais de aplicação geral e estabelecer ritos pouco flexíveis, o que dificulta o ajuste das exigências regulatórias à complexidade de cada uma das referidas instituições reguladas e dos respectivos processos de autorização. Nesse sentido, a estrutura da regulamentação vigente restringe a adoção de procedimentos proporcionais ao risco de cada segmento, que poderiam se mostrar mais ágeis e efetivos no processo de exame de pedidos de entrada de novas instituições no sistema financeiro nacional. Ao mesmo tempo, limita a utilização mais eficiente dos recursos empregados por esta Autarquia no exame desses pedidos.

7. Para efeito de comparação, recordamos que, recentemente, a Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2021, disciplinou os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento por parte de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Especificamente, foi adotada uma abordagem mais principiológica, visando a simplificar os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições de pagamento, mediante a eliminação de comandos procedimentais, em referência a documentos e informações específicas. Essas inovações possibilitam, inclusive, a comprovação de requisitos por meio de declarações das pessoas interessadas, de modo a dar mais agilidade e eficiência aos processos de autorização, sem prejuízo da segurança jurídica e funcional dos procedimentos de supervisão deste Banco Central.

8. Nesse contexto, a fim de aprimorar o arcabouço regulatório emanado pelo Conselho Monetário Nacional pertinente às autorizações que envolvem o funcionamento das instituições financeiras e demais instituições reguladas, propomos a edição de resolução CMN sobre o tema, que:

Voto 287/2021-BCB, de 17 de novembro de 2021

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

VOTO DO CDB Nº 287/2021-BCB/SECOIN, de 17 de novembro de 2021, às 16h28
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada na folha de rosto





BANCO CENTRAL DO BRASIL

- I - consolidará as disposições de mesmo objeto contidas nas Resoluções ns. 4.122, de 2012, 4.434, de 2015, 4.656, de 2018, e 4.721, de 2019;
- II - uniformizará os requisitos para as autorizações em relação a todos os segmentos regulados por meio das mencionadas resoluções; e
- III - reorganizará o conteúdo normativo, com as disposições procedimentais passando a ser estabelecidas por meio de regulamentações do Banco Central do Brasil.

9. A consolidação da regulamentação em documento único contribui para o melhor gerenciamento da regulação no sentido de que necessidades futuras de alteração regulamentar podem ser efetuadas de forma unificada, já contemplando os vários segmentos regulados pelo Conselho Monetário Nacional. No mesmo sentido, a uniformização dos requisitos para as autorizações permitirá a adoção do princípio regulatório de exigência igual para riscos similares.

10. Além disso, a reorganização do conteúdo normativo pode contribuir para maior eficiência aos processos de autorização, na medida em que permitirá que as exigências procedimentais, relativas à documentação e às informações requeridas, voltadas à comprovação dos requisitos regulamentares, sejam ajustadas de acordo com a complexidade de cada modalidade de instituição e o tipo de autorização.

11. Notamos, ainda, que a proposta em exame cumpre as exigências do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que estabelece a obrigatoriedade de que órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional revisem e consolidem os atos normativos editados no âmbito de suas respectivas competências, a fim de racionalizar o processo de regulação.

12. Nesse formato, a proposta de resolução CMN trata dos processos de autorização relativos ao funcionamento das instituições reguladas, dispondo sobre:

- I - os requisitos para o funcionamento das instituições;
- II - os assuntos que dependem de autorização deste Banco Central;
- III - as definições e as condições relativas ao controle acionário e à participação qualificada;
- IV - as condições para a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais e assunção da condição de integrante do grupo de controle ou de detentor de participação qualificada na instituição;
- V - as regras para o arquivamento, o indeferimento e a revisão de autorizações; e
- VI - as hipóteses de cancelamento de autorizações.

13. O ponto central da disciplina ora proposta, que ampara todas as exigências previstas no normativo, é a apresentação estruturada dos seguintes requisitos para o funcionamento das instituições:

- I - capacidade econômico-financeira dos controladores, de forma isolada ou em conjunto, compatível com o capital necessário à estruturação e à operação da instituição, bem como às contingências decorrentes da dinâmica do mercado;



Voto 287/2021-BCB, de 17 de novembro de 2021

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

VOTO DO CMN 287/2021-BCB/SICRENN, de 17 de novembro de 2021, às 16h28
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada na folha de rosto



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- II - origem lícita dos recursos utilizados na integralização do capital social, na aquisição de controle e de participação qualificada;
- III - viabilidade econômico-financeira do empreendimento;
- IV - compatibilidade da infraestrutura de tecnologia da informação com a complexidade e os riscos do negócio;
- V - compatibilidade da estrutura de governança corporativa com a complexidade e os riscos do negócio;
- VI - reputação ilibada dos membros de órgãos estatutários ou contratuais, dos controladores e dos detentores de participação qualificada, no caso de pessoas naturais;
- VII - conhecimento, pela administração, do ramo do negócio, do segmento em que a instituição pretende operar, da dinâmica de mercado, das fontes de recursos operacionais, do gerenciamento das atividades e dos riscos a elas associados;
- VIII - capacitação técnica dos administradores, compatível com as funções a serem exercidas no curso do mandato; e
- IX - atendimento aos requerimentos mínimos de capital e patrimônio previstos na regulamentação em vigor.

14. Cabe observar que esses requisitos já são exigidos na regulamentação atual, embora, em alguns casos, de maneira fragmentada ou de forma indireta, por meio, por exemplo, da exigência de documentação específica que comprovaria o cumprimento de determinado requisito. Nesse sentido, não há inovação nem alteração substancial quanto aos atuais requisitos estabelecidos para essas autorizações, mas tão somente a uniformização, a sistematização e o detalhamento desses requisitos, bem como a previsão, de forma clara, da possibilidade da adoção de uma abordagem baseada na complexidade de cada segmento e de cada autorização.

15. No tocante às regras que tratam do controle acionário e da participação qualificada, a proposta de resolução CMN incorpora conceitos já utilizados no exame dos processos autorizativos, sem que traga inovações relevantes. Dessa forma, foram especificados os termos "controlador" e "grupo de controle", incluindo-se situações em que o controle não possa ser identificado apenas pelos percentuais mínimos de participação societária, mas sobretudo pelo exercício efetivo de seus atributos, quais sejam, a titularidade de direitos que garantam a maioria de votos nas deliberações societárias e o poder de eleger a maioria dos administradores, permitindo, assim, que se identifique concretamente a efetividade na condução dos negócios.

16. Ainda nesse sentido, a proposta de resolução CMN pormenoriza os critérios para o ingresso de pessoas na sociedade, na condição de controlador.

17. Atualizou-se também a definição de participação qualificada, originalmente caracterizada pela detenção de 15% ou mais das ações ou quotas representativas do capital total, sendo agora definida na resolução CMN proposta como a detenção de participação de 15% do capital votante ou de 10% do capital total da instituição financeira.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

18. Notamos, ainda, que a proposta prevê que, na identificação dos controladores ou dos detentores de participação qualificada, seja considerada a atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações ordinárias. Tal providência espelha as mudanças introduzidas recentemente na Lei Societária por meio da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

19. Destacamos que a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, contém dispositivos importantes para a regra estabelecida na Resolução nº 4.122, de 2012, em especial ao (i) estabelecer o dever da administração pública, no exercício de regulamentação, de evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente, introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais, e (ii) modificar a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, prevendo que o registro dos atos constitutivos e de suas alterações e extinções ocorrerá independentemente de autorização governamental prévia. Em função disso, tornou-se desnecessária a previsão existente na Resolução nº 4.122, de 2012, da disciplina de processo específico de autorização de constituição das instituições reguladas. Ainda nesse contexto, também extingue-se a necessidade de a área de organização inteirar-se acerca de todo o conteúdo dos atos societários das instituições financeiras.

20. Propõe-se, também, eliminar a exigência de submissão a esta Autarquia da assunção, por parte de acionista ou quotista da instituição, da condição de detentor de participação qualificada, passando a ser dispensada de avaliação a expansão dessa participação. No primeiro caso será exigida a comunicação do fato a este Banco Central, com a ressalva de que poderá ser exigida a comprovação da origem do capital e da reputação ilibada do acionista ou quotista e, em caso de não comprovação, poderá ser determinado o desfazimento da operação.

21. Ainda no sentido da redução de custos regulatórios, a norma proposta deixa de requerer a obrigatoriedade de publicação de declaração de propósito por parte dos interessados. Ressalte-se, entretanto, que, para assegurar a transparência nos processos de autorização mais sensíveis, o Banco Central divulgará as informações pertinentes, visando a receber manifestação do público.

22. Julgamos oportuno, ainda, aprimorar as regras que tratam do indeferimento dos pedidos de autorização, incluindo, como hipótese para indeferimento, o não atendimento a qualquer dos requisitos ou condições estabelecidos na regulamentação para determinada autorização solicitada.

23. Por fim, cumpre destacar que, por força do art. 24 do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, a edição de atos normativos por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deve ser precedida de análise de impacto regulatório (AIR). Contudo, conforme o disposto no art. 4º, incisos IV e VII, desse Decreto, pode ser dispensado de AIR o ato normativo que vise à atualização de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito e que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios.

24. Nesse sentido, a proposta de resolução CMN em tela está dispensada da AIR, considerando que:

Voto 287/2021-BCB, de 17 de novembro de 2021

Documento assinado com certificação digital, conforme art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015

VOTO DO CMN 287/2021-BCB/SECRE/IN/RENUMERADO/Manifestante
A existência de assinaturas eletrônicas deve ser verificada na folha de rosto





BANCO CENTRAL DO BRASIL

- I - promove a redução de exigências procedimentais e documentais, o que pode contribuir para a diminuição de custos regulatórios, tendo em vista que o modelo proposto permitiria o ajuste dessas exigências à complexidade da instituição e ao tipo de autorização; e
- II - não traz requisito adicional ao constante na regulamentação vigente, preservando os pilares do atual arcabouço regulatório, embora permita a adoção de exigências procedimentais proporcionais à complexidade da instituição objeto da autorização.

25. Assim, com base no disposto no art. 11, inciso V, alínea "c", e no art. 13, inciso XIII, combinado com os arts. 20, inciso IV, alínea "a", e 17, inciso II, alínea "g", item 6, todos do Regimento Interno deste Banco Central, trazemos o assunto à consideração deste Colegiado, na forma da anexa minuta de resolução CMN, para, após aprovação desta Diretoria Colegiada, ser submetido ao Conselho Monetário Nacional.

Otávio Ribeiro Damaso
Diretor de Regulação

João Manoel Pinho de Mello
Diretor de Organização do Sistema Financeiro
e de Resolução

Anexo: 1.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO CMN Nº , DE DE NOVEMBRO DE 2021

Disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em de novembro de 2021, com base nos arts. 4º, inciso VIII, e 10, inciso XI, da referida Lei, na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, no art. 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, no art. 1º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, no art. 1º, § 4º, da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, no art. 1º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 1º, § 1º, e 12 da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001,

R E S O L V E U :

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das seguintes instituições:

- I - agências de fomento;
- II - associações de poupança e empréstimo;
- III - bancos comerciais;
- IV - bancos de câmbio;
- V - bancos de desenvolvimento;
- VI - bancos de investimento;
- VII - bancos múltiplos;
- VIII - companhias hipotecárias;
- IX - cooperativas de crédito;
- X - sociedades de arrendamento mercantil;
- XI - sociedades corretoras de câmbio;
- XII - sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários;
- XIII - sociedades de crédito direto;
- XIV - sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- XV - sociedades de crédito imobiliário;
- XVI - sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;
- XVII - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; e





BANCO CENTRAL DO BRASIL

I - o funcionamento da instituição, condicionado ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 2º;

II - a transferência ou alteração de controle societário, condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos I, II e VI do art. 2º e das condições previstas nos Capítulos IV e V, bem como do requisito previsto no inciso III do art. 2º, nos casos de mudança de natureza estratégica ou operacional;

III - a fusão, cisão ou incorporação de instituição relacionada no art. 1º, bem como desmembramento de cooperativa de crédito, condicionados ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º;

IV - a transformação societária;

V - a posse e o exercício de eleitos ou nomeados para cargos em órgãos estatutários ou contratuais, condicionados ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos VI e VIII do art. 2º e das condições previstas no Capítulo V;

VI - a alteração do valor do capital social, exceto das cooperativas de crédito, condicionada ao cumprimento do requisito previsto no inciso II do art. 2º, em caso de aumento, ou dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º, em caso de redução do capital;

VII - a mudança da denominação social;

VIII - a mudança de objeto social para outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º;

IX - a criação ou extinção de carteira operacional, por banco múltiplo, sendo a criação da carteira condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º;

X - a prática das operações de arrendamento mercantil por agência de fomento, condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º;

XI - a alteração dos estatutos ou dos contratos sociais;

XII - a mudança de categoria, no caso de cooperativas de crédito, condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos nos incisos III e IX do art. 2º; e

XIII - a transferência da sede social para outro município.

§ 1º A autorização prevista no inciso VI do **caput** não se aplica ao aumento de capital decorrente da:

I - conversão de instrumentos autorizados pelo Banco Central do Brasil a compor o Capital Complementar ou o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) da instituição, desde que tal alteração não acarrete mudanças estatutárias ou no grupo de controle da instituição; ou

II - incorporação de reservas de capital e de lucros realizados.

§ 2º O Banco Central do Brasil, para avaliação do cumprimento dos requisitos previstos nos incisos I, II e VI do art. 2º, poderá requerer dos integrantes do grupo de controle, dos detentores de participação qualificada e dos eleitos ou nomeados para cargos em órgãos estatutários ou contratuais, autorização expressa para:





BANCO CENTRAL DO BRASIL

§ 1º Considera-se no último nível de ramo da cadeia de controle da instituição, nos casos de participação direta ou indireta, a instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior responsável pela consolidação global do grupo financeiro.

§ 2º As definições de controlador e de detentor de participação qualificada aplicam-se aos usufrutuários do direito de voto.

§ 3º Nos casos em que o controle da sociedade não seja identificado segundo os critérios mencionados nos incisos I e II do **caput**, o Banco Central do Brasil poderá utilizar outros elementos para identificar os controladores, entre eles:

I - a maioria de votos nas deliberações da reunião ou assembleia e o poder de eleger a maioria dos administradores; ou

II - a efetividade na condução dos negócios sociais.

§ 4º O Banco Central do Brasil poderá exigir a celebração de acordo de acionistas ou de quotistas, contemplando a expressa definição do controle societário, direto ou indireto.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, será considerada a eventual atribuição de voto plural a uma ou mais classes de ações ordinárias.

Art. 9º A participação societária direta que implique controle das instituições referidas no art. 1º somente pode ser exercida por:

I - pessoas naturais;

II - instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

III - instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior; ou

IV - pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Admite-se a participação no controle das instituições de que trata o art. 1º de pessoas sem fins lucrativos que, na data de entrada em vigor desta Resolução, já participem do controle de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às:

I - agências de fomento;

II - instituições constituídas antes de 28 de novembro de 2002, enquanto perdurar a estrutura de controle existente naquela data.

Art. 10. O controle societário de sociedades de crédito direto e de sociedades de empréstimo entre pessoas, além das hipóteses previstas no art. 9º, pode ser exercido por fundo de investimento:

I - de forma isolada, somente na modalidade indireta, por intermédio de pessoa jurídica sediada no país que tenha por objeto social exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; ou

II - em conjunto com pessoa ou grupo de pessoas.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

§ 1º Na hipótese prevista no **caput**, o Banco Central do Brasil poderá exigir adicional de capital social integralizado e patrimônio líquido.

§ 2º O fundo de investimento constituído no exterior somente pode exercer o controle na forma prevista no inciso I do **caput** se houver autoridade supervisora responsável por sua fiscalização.

Art. 11. O disposto neste Capítulo não se aplica às cooperativas de crédito e às associações de poupança e empréstimo.

CAPÍTULO V

DA POSSE E DO EXERCÍCIO DE CARGOS EM ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS OU CONTRATUAIS E DA ASSUNÇÃO DA CONDIÇÃO DE INTEGRANTE DO GRUPO DE CONTROLE OU DE DETENTOR DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

Art. 12. Na comprovação do cumprimento do requisito de reputação ilibada, mencionado no inciso VI do art. 2º, deverá ser considerada a existência de:

- I - processo criminal ou inquérito policial;
- II - processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- III - processo relativo à insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- IV - inadimplemento de obrigações; e
- V - outras situações, ocorrências ou circunstâncias análogas.

Parágrafo único. Na análise das situações e ocorrências previstas no **caput**, serão consideradas a relevância, a gravidade, a recorrência e as circunstâncias de cada caso.

Art. 13. A comprovação do atendimento do requisito de capacitação técnica dos administradores, mencionado no inciso VIII do art. 2º, envolve as competências e as qualificações necessárias ao exercício das funções, compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade e os riscos incorridos pela instituição.

Parágrafo único. A comprovação de capacitação técnica mencionada no **caput** é dispensada nos casos de administrador com mandato em vigor na própria instituição ou em outra instituição integrante de conglomerado prudencial de que participe, desde que anteriormente autorizado pelo Banco Central do Brasil, salvo determinação contrária dessa autarquia.

Art. 14. São condições para o exercício dos cargos em órgãos estatutários ou contratuais e da assunção da condição de controlador ou de detentor de participação qualificada nas instituições referidas no art. 1º, além de outras exigidas pela legislação e pela regulamentação em vigor:

- I - ser residente no País, para os cargos de direção;
- II - não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato,





BANCO CENTRAL DO BRASIL

contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

III - não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - não estar declarado falido ou insolvente.

Art. 15. Os estatutos ou contratos sociais das instituições a que se refere o art. 1º deverão conter cláusula explicitando que o mandato dos:

I - ocupantes de cargos em seus órgãos estatutários ou contratuais, à exceção de órgãos não permanentes, estender-se-á até a posse dos novos membros eleitos ou nomeados; e

II - administradores eleitos será por prazo determinado, não superior a quatro anos, admitida a reeleição, no caso de instituições constituídas sob a forma de sociedade limitada.

Art. 16. Caso o eleito ou nomeado para cargo em órgãos estatutários ou contratuais não seja autorizado pelo Banco Central do Brasil, a instituição deverá, no prazo de trinta dias contado da data em que a decisão de indeferimento tornar-se definitiva, realizar a eleição ou a nomeação do substituto da pessoa não aprovada.

Parágrafo único. A determinação prevista no **caput** fica dispensada no caso de ser atendida a quantidade mínima de membros para os respectivos cargos prevista no estatuto ou contrato social.

Art. 17. O afastamento temporário de membro de órgão estatutário ou contratual, determinado por ocasião de processo administrativo sancionador instaurado na forma da legislação em vigor, não exclui o afastado do alcance das vedações aplicáveis aos ocupantes em exercício.

Art. 18. O Banco Central do Brasil poderá determinar o afastamento de membros de órgãos estatutários ou contratuais com mandato em vigor caso sejam constatadas, a qualquer tempo, circunstâncias que caracterizem o descumprimento do requisito referido no inciso VI do art. 2º e das condições previstas no art. 14 desta Resolução.

CAPÍTULO VI

DO ARQUIVAMENTO, DO INDEFERIMENTO E DA REVISÃO DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 19. Com relação aos pedidos de autorização de que trata esta Resolução, o Banco Central do Brasil poderá:

I - arquivar, sem apreciação do mérito do pedido, quando:

a) verificar que o objeto ou os elementos que servem de base para o pedido foram alterados no curso do processo;

b) houver descumprimento dos prazos previstos na regulamentação em vigor;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

c) identificar que não foram atendidas as exigências para complementar a instrução do processo, no prazo estabelecido;

d) deixarem os controladores, os detentores de participação qualificada, os fundadores, no caso de cooperativas de crédito, ou os administradores de atender a convocação do Banco Central do Brasil para entrevista; ou

e) estiver a instrução em desacordo com o formato exigido na regulamentação vigente.

II - indeferir, caso venha a apurar:

a) circunstância que possa afetar a reputação dos ocupantes de cargos em órgãos estatutários ou contratuais, dos controladores ou dos detentores de participação qualificada;

b) falsidade ou omissão nas declarações e nos documentos apresentados na instrução dos processos ou discrepância entre eles e os fatos ou dados apurados na análise; ou

c) não atendimento a qualquer dos requisitos ou condições estabelecidas nesta Resolução, ou a não comprovação pelos interessados do atendimento desses requisitos ou condições.

Parágrafo único. Nos casos de que trata o inciso II do **caput**, o Banco Central do Brasil, antes da decisão, poderá conceder prazo aos interessados para manifestação.

Art. 20. O Banco Central do Brasil poderá rever a decisão de autorização, considerando a relevância dos fatos, tendo por base as circunstâncias de cada caso e o interesse público, caso verifique:

I - falsidade ou omissão nas declarações e nos documentos apresentados na instrução dos processos ou discrepância entre eles e os fatos ou dados apurados; ou

II - circunstâncias preexistentes à decisão capazes de afetar a avaliação relativa ao atendimento dos requisitos e das condições para as aprovações e autorizações.

§ 1º No caso de transferência de controle, de reorganização societária, da assunção da condição de controlador ou de detentor de participação qualificada e na ocorrência de uma das situações previstas no **caput**, o Banco Central do Brasil poderá determinar que a operação seja regularizada, inclusive mediante o seu desfazimento ou a alienação da participação.

§ 2º Nas hipóteses descritas no **caput**, o Banco Central do Brasil deverá notificar a instituição para se manifestar sobre a irregularidade apurada.

§ 3º O órgão de registro competente será comunicado da medida adotada pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII DO CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 21. O cancelamento de autorização ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - a pedido da instituição; e

II - de ofício, pelo Banco Central do Brasil.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

§ 1º Na hipótese de extinção da instituição decorrente de fusão, cisão total ou incorporação, ficam dispensados os procedimentos relativos ao cancelamento de autorização para funcionamento, desde que a sociedade resultante ou sucessora seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º O Banco Central do Brasil poderá condicionar o cancelamento de que trata o inciso I do **caput** à liquidação ou transferência das operações privativas ou permitidas à instituição em razão da respectiva autorização.

§ 3º A dissolução da sociedade ou a mudança de seu objeto social, que resulte na sua descaracterização como sociedade integrante do sistema financeiro, implica o cancelamento da respectiva autorização para funcionamento, na forma do inciso I do **caput**.

Art. 22. A instituição deve divulgar a seus clientes, por meio de seu sítio na internet e em suas dependências, que pretende ingressar com pedido de cancelamento de autorização para funcionamento, com antecedência mínima de trinta dias da data do referido pedido.

Art. 23. O Banco Central do Brasil poderá efetuar o cancelamento de que trata o inciso II do **caput** do art. 21 desta Resolução quando constatada, a qualquer tempo, uma ou mais das seguintes situações:

- I - falta de prática habitual da atividade objeto da autorização;
- II - não localização da instituição no endereço informado ao Banco Central do Brasil;
- III - interrupção, por mais de quatro meses, sem justificativa, do envio ao Banco Central do Brasil dos demonstrativos, mapas e informações exigidos pela regulamentação em vigor; ou
- IV - descumprimento do plano de negócio durante o seu período de abrangência, de forma insuficientemente justificada, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 1º O Banco Central do Brasil, previamente ao cancelamento previsto neste artigo, deverá:

- I - divulgar ao público sua intenção de cancelar a respectiva autorização, com vistas à eventual apresentação de objeções no prazo de trinta dias;
- II - notificar a instituição para se manifestar sobre a intenção de cancelamento; e
- III - considerar os riscos do cancelamento para a estabilidade do sistema financeiro nacional, para a poupança popular e para os credores operacionais da instituição.

§ 2º Efetivado o cancelamento de que trata este artigo, o Banco Central do Brasil comunicará ao órgão de registro competente.

§ 3º No caso de instituição submetida ao regime de liquidação extrajudicial, o cancelamento previsto neste artigo ocorrerá no encerramento do regime, exceto na hipótese de transferência do controle societário da instituição.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CAPÍTULO VIII DAS COMUNICAÇÕES

Art. 24. Devem ser comunicadas ao Banco Central do Brasil as seguintes operações:

I - assunção da condição de detentor de participação qualificada; e

II - alteração de capital decorrente da conversão de instrumentos autorizados pelo Banco Central a compor o Capital Complementar ou o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) da instituição, de que trata o inciso I do § 1º do art. 3º.

§ 1º Na ocorrência da situação descrita no inciso I do **caput**, o Banco Central do Brasil poderá, no prazo de sessenta dias da comunicação, exigir a comprovação do cumprimento dos requisitos previstos nos incisos II e VI do art. 2º e das condições de que trata o art. 14.

§ 2º Examinados os aspectos da operação referida no inciso I do **caput** e constatado o descumprimento dos requisitos aplicáveis, o Banco Central do Brasil poderá determinar o seu desfazimento ou a alienação da participação qualificada.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. As instituições referidas no art. 1º que forem constituídas sob forma de sociedade limitada, quando permitido na legislação e na regulamentação em vigor, deverão prever em seus estatutos ou contratos sociais que a sociedade será regida supletivamente pela lei das sociedades anônimas, nos termos do art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inclusive no que diz respeito à retenção de lucros e à constituição, reversão e utilização de reservas.

Art. 26. O Banco Central do Brasil poderá realizar inspeção pré-operacional na instituição a fim de avaliar a compatibilidade entre a estrutura organizacional implementada e os requisitos previstos no art. 2º, incisos III a V.

Parágrafo único. Constatada incompatibilidade entre a estrutura organizacional existente e os requisitos previstos no art. 2º, incisos III a V, o Banco Central do Brasil determinará prazo para correção, após o qual, em caso de desatendimento, indeferirá o pedido.

Art. 27. O Banco Central do Brasil poderá baixar as normas e adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. No exercício da competência prevista no **caput**, o Banco Central do Brasil considerará o objeto da autorização, a natureza e o porte da instituição, bem como a complexidade e o risco do negócio.

Art. 28. Aplica-se o disposto nesta Resolução aos pedidos de autorização protocolizados no Banco Central do Brasil a partir da entrada em vigor desse ato normativo.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Ficam revogados:

- I - a Resolução nº 3.166, de 29 de janeiro de 2004;
- II - a Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012;
- III - a Resolução nº 4.279, de 31 de outubro de 2013;
- IV - a Resolução nº 4.308, de 30 de janeiro de 2014;
- V – os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015:
 - a) os arts. 2º a 12;
 - b) o art. 14;
 - c) os arts. 47 a 51; e
 - d) o art. 65;
- VI - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018:
 - a) os arts. 27 a 41-A; e
 - b) o art. 43; e
- VII - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.721, de 30 de maio de 2019:
 - a) os arts. 8º e 9º; e
 - b) os arts. 12 a 21.

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2022.

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente do Banco Central do Brasil